

700890

Biblioteca - Unemat - PLA



00014009

**BIBLIOTECA
UNEMAT**
Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT
RG N.º 14009
Data 19 / 08 / 2009
() Compra (x) Doação () Permuta

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Mariane Ribas Fagundes

Entre o Normal e o Normativo: Um breve estudo sobre o ensino da Variação
Linguística em Pontes e Lacerda, MT.

Pontes e Lacerda-MT
2008/2

81'1
F 156 2
2008/2

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Mariane Ribas Fagundes

**Entre o Normal e o Normativo: Um breve estudo sobre o ensino da Variação
Linguística em Pontes e Lacerda, MT.**

Projeto de Monografia apresentado ao
centro de Ciência e Tecnologia, da
Universidade do estado de Mato Grosso,
como exigência para a aprovação em
Monografia I, do Curso de Letras

Orientador: Professora Ana Maria Macedo

Pontes e Lacerda / MT

2008/ 2

Este ensaio monográfico foi apresentado e defendido perante a seguinte banca:

Orientadora: Prof.^aMs. Ana Maria Macedo

Membro Prof.^o. Ms. Joil Antonio da Silva

Membro Prof.^a. Dr.^a. Rosely A. Romanelli

Dedico este trabalho
primeiramente à Deus, e
especialmente aos meus
pais.

“A linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder” (GNERRE, 1998, p. 22)

RESUMO

O presente trabalho sintetiza um estudo referente ao mito de que a “norma culta é a única e verdadeira” ainda prevalece, e conseqüentemente existe um preconceito lingüístico. Trata-se de uma pesquisa realizada por meio de leituras e como também uma análise de duas coleções de livros didáticos usualmente adotados por professores de duas escolas, da cidade de Pontes e Lacerda, MT.

A partir dessa análise realizamos um aprofundamento das abordagens de ensino e metodológicas, bem como discutimos a presença ou ausência de discussões sobre as variantes lingüísticas. Nossos resultados apontam para um ensino ainda fragmentado e pouco contextualizado com situações ainda da gramática tradicional, fazendo-com que a norma-padrão exigida pela sociedade se prevaleça.

Palavras-chave: norma – preconceito – aluno.

SUMÁRIO

Introdução-----	8
Cap. 1 Linguagem, língua e fala-----	10
1.1. A norma em discussão -----	11
1.2 Variações Linguísticas -----	14
Cap.2. Análise do livro didático -----	23
Conclusões -----	30
Bibliografia-----	31

INTRODUÇÃO

A idéia de que o brasileiro não sabe português está presente em todos os quadrantes do país e, não raramente, aparecem na imprensa escrita ou falada comentários sobre a qualidade de ensino ofertado e sobre a dificuldade de os alunos expressarem-se por escrito na variante de prestígio. Esses comentários trazem à luz a confusão feita entre fala e escrita e, principalmente, sobre o lugar ocupado pelas variedades de menor prestígio. São idéias que vão se perpetuando, apesar de todas as discussões sobre a equivalência lingüística das diferentes variedades dialetais. Pergunta-se, então, por que essa realidade não muda e por que a visão da existência de uma única língua certa e de que tudo que fugir a isso é errado e feio apresenta-se com tanta força.

A força do preconceito lingüístico coloca em foco a escola como possível disseminadora de uma determinada visão acerca da língua e o livro didático como alicerce dessa mesma visão. Em virtude do mito que cerca a variedade padrão na sociedade como um todo, procurou-se, nesse trabalho, verificar como a escola aborda a heterogeneidade lingüística. Para tanto, buscou-se observar como a questão é tratada nos livros didáticos adotados.

A forma do livro didático tratar a questão ajudará à refletir sobre o preconceito que ainda existe em torno da variante popular da língua apesar da larga divulgação de que a língua é heterogênea e não homogênea como muitos ainda acreditam.

Utilizaremos como apoio teórico alguns livros na área da lingüística que discutem a variação lingüística, além de observar alguns livros didáticos com o objetivo de ver como eles trabalham essa questão. Seria realizada uma entrevista com professores de duas escolas da rede escolar estadual do município de Pontes e Lacerda, MT, porém em virtude da não colaboração dos mesmos a entrevista não pode ser realizada.

Os resultados do estudo ficaram, portanto, restritos à análise dos livros didáticos de duas coleções adotadas em duas escolas públicas. O trabalho está organizado em duas partes

A primeira parte apresenta a fundamentação teórica em que se procurou discutir as noções de linguagem, língua e fala na ótica saussuriana, para em seguida acrescentar a noção de norma, de Coseriu, e os desdobramentos decorrentes a partir de vários pesquisadores do tema. A partir do conceito de norma procurou-se apresentar as variações lingüísticas bem como o preconceito contra determinadas variedades.

A segunda parte corresponde à *Análise do Livro Didático*, em que se buscou descrever a forma como a variação é tratada e fazer um cotejo com o sentimento do falante em relação à língua.

Acreditamos que essa pesquisa contribuirá para a discussão sobre os modos como a escola trata a heterogeneidade lingüística e enfatizará a necessidade de trabalhar as diversas variedades existentes nas escolas. É importante refletirmos sobre essa questão por gerar muito conflito entre os falantes da língua portuguesa, por não saberem de fato o que se pode chamar de “correto”.

Capítulo I: linguagem, língua e fala

Estamos imersos no mundo da linguagem desde que nascemos. Sapir (1980, p.11) alude ao fato de a fala parecer tão trivial a ponto de não merecer atenção de muitos, afinal parece tão natural quanto andar e respirar. O referido autor lembra, contudo, que a linguagem é diferente do processo de aprender a andar, uma vez que, fora da sociedade, um indivíduo aprenderá a andar, mas não falará segundo um sistema tradicional. A língua pertence ao meio em que vivemos, através dela passamos a conhecer o mundo em que estamos inseridos desde pequenos. Crescemos ouvindo nossos pais a falarem conosco, fazendo sinais, através da fala, das palavras. E assim vamos construindo uma espécie de “biblioteca”, onde depositamos tudo que ouvimos. Sabemos que fazemos uso da língua que nos é ensinada, falamos. Só não sabemos como isso acontece e o porquê. Apenas temos a necessidade de comunicação.

Aos poucos vamos descobrindo como funciona a vida em sociedade e, quando ingressamos na escola, somos levados a pensar sobre a organização do mundo não só do ponto de vista social, mas também no aspecto lingüístico. Somos educados a partir da teoria de que o homem é um animal racional, isto é, pensa, sente, julga as coisas, possui uma inteligência e por isso, temos dois mundos distintos: o mundo do homem e o mundo do animal. Nós, humanos, temos a necessidade de expressarmos através da linguagem, tudo que estamos sentindo, e isso faz parte da faculdade humana. Conforme nos lembra Arruda (s.d), “o homem, ao nomear as coisas e objetos, passou a ter o controle sobre o universo, organizando o espaço em que vive e superando o desconhecido pelo desejo de conhecimento . E através da linguagem o homem passou a ter controle e domínio sobre tudo em sua volta, o mundo em que vive”.

Para Saussure (, p. 16) “A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”, sendo a linguagem uma faculdade natural de usar uma língua. A língua para Saussure é “uma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário, cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos” (p. 27). Como instituição social, a língua “não está completa em nenhum [indivíduo], e só na massa ela existe de modo completo” (p. 21), por isso, ela é, respectivamente, fato psíquico e instituição social. Saussure vê a língua como um objeto de “natureza homogênea” (p. 23) e que, portanto, se harmoniza corretamente na sua definição fundamental: “a língua é um sistema de signos que exprimem idéias” (p. 24).

Para o autor, a fala, ao oposto da língua, se constitui de ação particular, tornando-se múltipla, inesperada, irreduzível a uma sistematização. Os atos lingüísticos individuais são infinitos, não formam um sistema. Os fatos lingüísticos sociais, bem diferentemente, formam

um sistema, pela sua própria natureza homogênea. Vale lembrar, no entanto, que tanto o funcionamento quanto a exploração da faculdade da linguagem estão intimamente ligados às implicações mútuas existentes entre os elementos língua (virtualidade) e fala (realidade).

O homem fala, mas não sabemos como isso acontece, apenas levantamos hipóteses. Para poder entender um pouco sobre a língua e a fala, Saussure, no Curso de Linguística Geral, elegeu a língua como objeto de estudo e excluiu a fala. Para Saussure,

"a língua é o produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social, para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe. ". (p. 17 e 21)

Para Saussure (data, p.22), a fala, ao oposto da língua, é "um ato individual de vontade e inteligência [...] as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; o mecanismo psico-físico, que lhe permite exteriorizar essas combinações". Isso explica os diferentes sotaques, as gírias, as formas consideradas erradas de cada indivíduo usar a língua. Partindo desse conceito de língua e fala, não podemos considerar que alguns falam corretamente e que outros falam erradamente. Esse julgamento de certo e errado deixa de existir, pois a língua é a mesma para todos os indivíduos de uma sociedade, é algo já gravado na mente humana. Não podemos considerar essa distinção entre a língua, pois ela é um sistema heterogêneo e flexível, pois ocorrem mudanças ao longo dos anos. As línguas humanas não são estáticas; elas se alteram continuamente no tempo, de forma lenta, sem que os falantes percebam o complexo jogo de mudanças. Bagno (2003, p. 117) também se refere a língua como um sistema flexível: "A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento – toda língua viva é uma língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação".

1.1. A norma em discussão

Para minimizar o fosso existente entre língua e fala conforme proposto pelo mestre genebrino, uma vez que Saussure via a língua como exterior ao indivíduo e anterior a ele, Coseriu assinalou a existência da norma, fazendo da dicotomia uma tricotomia que vai do

mais concreto (fala, uso individual da norma) ao mais abstrato (língua, sistema funcional), passando por um grau intermediário: a norma (uso coletivo da língua). Para o autor romeno, sistema é um conjunto de oposições funcionais, enquanto norma seria a realização coletiva do sistema, que pode conter elementos não pertinente ao sistema, mas normais na fala. A norma tem, assim, um caráter sócio-cultural. A fala seria a realização concreta da norma acrescida da criatividade do falante, contudo, este não pode infringir as normas segundo sua vontade, pois correria o risco de não haver comunicação. Cabe, ainda, lembrar que a norma não realiza todas as potencialidades do sistema.

Ao discutir as idéias de Coseriu, Mattos e Silva comenta que

A partir do fato observado de que nas línguas há elementos que não são únicos ou ocasionais, mas sociais, isto é, normais, repetidos na fala de uma comunidade, [Coseriu] defende que sobre o sistema funcional (*langue*) se pode estabelecer o sistema normal (*norma*). O sistema normal será, portanto uma abstração entre o sistema e a fala. (Mattos e Silva, p. 21)

No Brasil, vários autores discutem o termo *norma* e apresentam conceitos e implicações sociais e pedagógicas em consequência de alguns sentidos atribuídos ao termo. Um autor que discute a norma é Castilho (2002, p. 30-3), que a partir do conceito de norma, sem necessariamente tomar Coseriu como referência, apresenta o conceito de norma objetiva, norma subjetiva e norma prescritiva. O qualificador objetiva vem a ser norma-padrão real, que “...é a linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio, que se podia identificar no Brasil de hoje com a chamada classe culta, escolarizada. (Castilho, p. 30)

Já o qualificador *subjetiva* vem a ser a norma – padrão ideal que “ *é a atitude que o falante assume perante a norma objetiva...*” (Castilho p. 30), ou seja, é aquilo que a sociedade espera que o falante diga ou faça em algumas ocasiões.

Partindo da junção da norma objetiva e norma subjetiva, o autor discorre ainda sobre a norma prescritiva. Essa nomenclatura é utilizada pelos gramáticos pedagogos, que dominam a representação da escrita da língua, e qualificam de “erro” aqueles que não seguem o padrão. Assim a norma prescritiva é “...codificada nas gramáticas pedagógicas que se repetem tradicionalmente de gramático a gramático. Distancia-se da realidade dos usos,...” (Mattos e Silva, p. 14).

Lucchesi (2002) começa a discussão a partir da polarização através da derivação do substantivo NORMA em dois adjetivos NORMAL E NORMATIVO.

“Por NORMAL se entende o que é habitual, costumeiro, tradicional dentro de uma comunidade, já o adjetivo NORMATIVO remete a um sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade.” (Lucchesi, p.64)

Lucchesi, ao citar Celso Cunha, faz uma distinção entre o que para ele seria NORMA OBJETIVA E NORMA SUBJETIVA: “aquela relativa a padrões observáveis, na atividade lingüística de um grupo determinado, esta relativa a um sistema de valores que norteia o julgamento subjetivo do desempenho lingüístico dos falantes dentro de uma comunidade.” (Lucchesi, p. 65)

Assim, pode-se fazer a distinção entre norma-padrão e norma-culta. A primeira segundo Lucchesi (op. cit.) “reuniria as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas, enquanto a segunda conteria as formas efetivamente depreendidas da fala dos segmentos plenamente escolarizados, ou seja, dos falantes com curso superior completo”. Porém as normas citadas acima são consideradas como sinônimos por possuírem um mesmo objetivo, que é de buscar uma língua ideal para os falantes.

Assim, partindo de uma bipolarização devido às grandes diferenças e mudanças das variantes lingüísticas, foram estabelecidas normas lingüísticas para uma mesma comunidade de fala. Surgindo, assim, um *sistema bipolarizado*, subdividido em dois sistemas que são NORMA CULTA e NORMA POPULAR.

Para o referido autor, a NORMA CULTA “é constituída pelos padrões de comportamento lingüístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania, e é tributária....” (p. 87). Já a norma popular “se define pelos padrões de comportamento lingüístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social” (Lucchesi, p. 87). Percebe-se, desse modo, que a discussão sobre norma não se atém apenas sobre formas e estruturas lingüísticas, mas sobre modos de viver o que denota que diferentes formas de falar decorrem de diferentes formas de viver, a variação dialetal, desse modo, está atrelada a aspectos sociais, culturais e históricos em dada sociedade.

Relacionado a esse fato, podemos encontrar a pertinente discussão de Bourdieu para quem uma variedade de língua vale o que vale as pessoas que a falam, demonstrando que as formas lingüísticas não têm valor intrínseco, mas que a supremacia dada a elas relaciona-se a supremacia de uma classe sobre a outra. Idéia semelhante pode ser encontrada em Faraco (2002, p.39) quando afirma que

“... norma, qualquer que seja não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas lingüísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas.” (Faraco, p.39)

O fato de normas serem representações abstratas e não manifestações concretas, reproduz obrigações impostas numa dada comunidade. Abrange elementos não relevantes, mas normais na fala dessa comunidade. A norma se constitui como realização coletiva, tradição, repetição de modelos anteriores. Indica como se diz, ao estabelecer códigos e subcódigos para diferentes grupos de uma mesma sociedade. É convencional e opcional, mas opção do grupo a que pertence o falante. Preserva apenas os aspectos comuns, eliminando tudo o que, na fala, é inédito, individual.

Como já foi expresso anteriormente, existe uma variedade de normas na comunidade sócio-lingüístico-cultural, embora algumas sejam mais discutidas, não podemos esquecer que existem outras relacionadas a espaço geográfico (dialetos, falares, etc...); classes sociais; faixa etária; grupos sociais (jargões, gírias etc...); discurso (os universos do discurso, tais como o jurídico, o pedagógico, etc...); sexo; modalidade (oral/escrito); registro (formal/informal), etc. E assim nos processos de ensino/aprendizagem de língua materna, cumpre propiciar ao aluno o conhecimento dessas variedades.

A imposição da chamada “norma culta” ou “padrão”, em prejuízo de outras normas, representa a perda da identidade de um determinado segmento social. Com isso, não se consegue uma percepção mais completa dos fatos lingüísticos permitidos pelo sistema da língua. Ao mesmo tempo, deixar de aplicar a norma padrão impede o acesso do aluno a um patamar social considerado superior e impede, também, seu acesso à tradição cultural escrita. É, pois, desejável que o aluno compreenda o maior número possível de normas a fim de alcançar sua plena integração na comunidade sócio-lingüístico-cultural onde vive.

1.2 Variações Linguísticas

Sabemos que “a norma é a realização coletiva do sistema” (Mattos e Silva, p.22). e que esse sistema é um sistema heterogêneo e flexível (língua), e sabe-se ainda que, embora pertença a uma imensa nação, ele será, segundo Rodrigues (2002, p. 11-2) “muito diferenciada cultural e socialmente”. Partindo dessa diversidade da língua, teremos assim as variantes lingüísticas. E estas divididas em duas ordens: “em função do falante (ou, em termos

de comunicação, do emissor) e em função do ouvinte (ou, do receptor, e também das circunstâncias em que se produz a fala)” .

Ainda segundo esse autor, a primeira ordem pertence as variantes que podem ser chamadas de dialetais, ou seja, “ variantes espaciais (dialetos geograficos), variantes de classe social (dialetos sociais ou diastráticos), variantes de grupos de idade (dialetos etários), variantes de sexo (dialetos masculino e feminino), assim como variantes de gerações (variantes diacronicas)” (p. 12). Já a segunda ordem pertence a variante de registro que são: “variantes de grau de formalismo, variantes de modalidade (falada e escrita) e variantes de sintonia (ajustamento do emissor ao receptor)”. Ambas as variantes se cruzam, tornando, assim, a língua um sistema complexo mesmo sendo observada de um só sujeito.

Existe uma diversificação do comportamento e da cultura de uma sociedade, ficando descrito como padrões culturais. Partindo dessa distinção, pode-se perceber que tem

“os padrões ideais definem o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações, no caso de elas se conformarem inteiramente com as normas estabelecidas por sua cultura; e os padrões reais derivam de observações sobre a maneira como as pessoas realmente se comportam em dadas situações.” (RODRIGUES, p. 13) .

E com a língua não é diferente, a mesma tem seus padrões ideais e padrões reais. A respeito disso Rodrigues diz o seguinte:

“Quando descrevemos a fala de uma comunidade mediante a análise de elocuições espontâneas de um ou de vários membros dessa comunidade, obtemos padrão ou padrões de comportamento real; quando consideramos o que os membros dessa comunidade afirmam ser a melhor maneira de exprimir-se em determinadas situações, então observamos padrão ou padrões ideais.” (RODRIGUES, p. 13-4)

Ao discutir idéias de Labov, Lucchesi se refere a variação linguística dividida em VARIAÇÃO SOCIAL E VARIAÇÃO ESTILÍSTICA. De modo que:

“ A primeira se refere à diferença nas frequências observadas na fala dos diversos segmentos sociais(classe alta, classe média, classe operária, classe baixa, etc.). A segunda se refere à variação observada na fala do indivíduo consoante a situação em que se encontra, do que temos, por exemplo, a fala espontânea, a fala formal, a leitura de texto ou de pares mínimos, de acordo com os tipos de registro colhidos na pesquisa”. (LUCCHESI, p. 67)

Portanto, a língua padrão é pertencente a um padrão ideal e é utilizada pela classe prestigiada em situações de maior formalidade, porém as variedades de menor prestígio não têm o mesmo reconhecimento.

Fica evidente que as variedades linguísticas são consequência da variedade social, cultural e econômica, ou seja, em cada sociedade existe uma miscigenação de cultura, de raça que resulta em formas diferentes de expressão, seja no aspecto lexical, seja no morfológico ou no sintático. Por isso, percebemos as diversas falas de pessoas de diferentes idade, região, classe social, de sexo, etc. Perante a tantas variedades lingüísticas, é inevitável perguntar qual delas é a correta. Não existe a mais correta em termos únicos, mas sim, a mais adequada a cada contexto. Scherre (data p.) afirma que

“...temos a tendência quase compulsiva de rotular de erradas apenas as formas que fazem correlação estreita com classe social, mesmo que, consciente ou inconscientemente, façamos uso destas mesmas formas.....Se um falante brasileiro não faz todas as concordância, considera-se que ele está falando errado, que não sabe português, e por falsa consequência, que não sabe pensar” (Scherre, p. 231)

Todas as variações servem igualmente para a comunicação entre falantes de comunidades de fala. A variação lingüística, porém, não torna a língua melhor ou pior nem mais bonita. Simplesmente aproxima o sujeito de uma melhor compreensão do mundo e sua relação no meio em que vive.

Sabemos que hoje existem preconceitos no mundo todo: preconceito racial, preconceito contra os pobres, contra as mulheres.... Mas, dentro do chamado “preconceito lingüístico”, pode-se citar alguns considerados “destaque”, devido à constante frequência de suas ocorrências. Marcos Bagno afirma que

“O preconceito lingüístico está ligado, em boa medida, á confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão.” (BAGNO, 2003, p. 9).

Um exemplo de preconceito linguístico é dizer que um operário fala errado. A maneira como ele fala pertence às possibilidades que a norma usada por ele permite. Bagno (2003, p 29), afirma que isso: “..., são simplesmente diferenças de uso – e diferença não é

deficiência nem inferioridade”. Por isso não podemos ser indiferente com pessoas que falam “galfo”, “bicicreta” e tantos outros dizeres que ouvimos, pois isso não é sinônimo de erro, mas sim formas diferentes de dizer uma língua, diferentes normas, previstas pelo sistema. E isso se justifica porque, segundo o autor, “ todo falante nativo de uma língua sabe essa língua. Saber uma língua, no sentido científico do verbo saber, significa conhecer intuitivamente e empregar com naturalidade as regras básicas de funcionamento dela” (Bagno, p.35. 2003).

O preconceito lingüístico, nada mais é que um preconceito social, o qual distingue e separa classes sociais, estigmatiza ou prestigia falantes da língua portuguesa brasileira, ou seja, sua língua materna. Sabemos que a língua tem uma influência na vida dos seres humanos no que diz respeito principalmente na vida social. O modo de falar e de escrever, diz de onde o falante se origina e em qual classe está inserido. Segundo Bagno:

“São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país de um verdadeiro abismo lingüístico entre os falantes das variedades não padrão do português brasileiro – que são a maioria de nossa população e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.”(Bagno, p. 29)

O preconceito lingüístico é praticado pelas pessoas que ocupam as classes sociais dominantes, que tiveram acesso à educação formal e, portanto, à norma-padrão, a que goza de prestígio. Assim, acreditam que seu modo de falar é mais “correto” que o das pessoas sem ensino formal ou com pouca escolarização. Na verdade, o preconceito lingüístico é somente um disfarce para um claro preconceito social: não é a língua da pessoa que é discriminada, mas a própria pessoa em sua identidade individual e social.

Bagno afirma ainda que o preconceito lingüístico vem sendo alimentado diariamente pelos meios de comunicação, que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua, ou seja, a gramática normativa e os livros didáticos. Contudo, esse importante poder de influência dos meios de comunicação, além dos recursos da informática poderiam ser de grande serventia se fossem usados na direção oposta: na destruição dos velhos mitos, na elevação da auto-estima lingüística dos brasileiros, na divulgação do que há de realmente encantador no estudo da língua.

Ainda segundo Bagno, a língua é um elemento de inclusão social, com um valor concreto. No entanto, o que deveria unir, acaba marginalizando, produzindo um preconceito que exterioriza a língua, tornando-a algo místico, intransitável, visto que transforma um falante de sua língua materna em um principiante destinado ao fracasso em sua própria língua. Assim,

“...todos os brasileiros a que ela se refere deveriam ter acesso mais amplo e democrático a essa espécie de língua oficial que restringindo seu caráter veicular a uma parte da população, exclui necessariamente uma outra, talvez a maior.” (Bagno, p. 17)

Bagno procura fazer a desconstrução desse preconceito, reconhecendo os motivos deste problema como o analfabetismo, pouco hábito de leitura, gramática tradicional incoerente... Além de procurar as modificações nas atitudes dos falantes, na noção de “erro”, enfim, da maneira como os professores e pessoas de modo geral devem enfrentar a produção de sua língua materna.

“Vamos abandonar, portanto, a idéia (preconceituosa) de que quem escreve tudo errado é um ignorante da língua. O aprendizado da ortografia se faz pelo contato íntimo e freqüente com textos bem escritos, e não como regras mal elaboradas ou com exercícios poucos esclarecedores.” (Bagno, p. 139)

“A norma padrão constitui o português correto; tudo o que foge a ela representa erro”. No meio escolar, muitos professores têm o hábito de repetir essa frase. Mas, é necessário que eles entendam que não existe português certo ou errado, mas modalidades de prestígio ou desprestígio, normas que correspondem ao meio em que vive o falante. Por isso não podemos esquecer que o aluno quando chega à escola já tem um conhecimento prévio e um repertório lingüístico suficiente para expressar o seu universo de experiência. A escola não pode simplesmente “apagar” isso do aluno, discriminando, marginalizando por ser proveniente de classe social desprestigiada. E isso não deixa de ser um aspecto imposto pela sociedade que influencia a escola; e juntos acaba contribuindo para a regressão da criatividade

verbal, tachando a linguagem como “incorreta”, o que leva a um bloqueio e dificuldades na aprendizagem da escrita.

O papel do educador é valorizar e respeitar, as variedades lingüísticas, e mostrar aos seus alunos que existe sim uma diferença entre língua culta e popular, que existe uma com maior prestígio que é para ser utilizada em determinadas ocasiões e na escrita; mas que a substituição daquela que faz parte do seu meio cultural não é uma exigência da escola e sim da sociedade. Isto significa que, se as línguas se equivalem linguisticamente, o mesmo não se pode dizer em relação à sociedade, pois características lingüísticas podem influenciar a disposição dos receptores em dar crédito às informações (cf. BORDIEU, 1983).

Infelizmente somos um país em que boa parte da população não tem acesso à educação. Essa carência faz com que muitas pessoas não consigam desfrutar de todos seus direitos, precisamente pelo fato de não conhecerem o português padrão.

Para Marcos Bagno (2003, p.16):

“... embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país – que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito -, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo lingüístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro – que são a maioria de nossa população – e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.”

Se não ocorrerem mudanças, os que sofrem são aqueles que provêm de classe baixa, pois sentem ridicularizados, cheios de dúvidas e incertezas perante a norma padrão, a única reconhecida como português por boa parte da sociedade. E o conceito de que o português é uma língua muito complicada, que apenas alguns são capazes de compreender e utilizar corretamente permanecerá.

Deve ficar claro que não se defende a idéia de que a escola não deva ensinar a norma padrão, pois, como enfatiza Faraco (2002, p. 47), “ a função básica de um padrão de linguagem é estimular, pelo menos na escrita, uma relativa uniformização lingüística num amplo e diversificado espaço sociocultural” e acrescenta que “a uniformização, mesmo que relativa, tem indiscutível relevância em sociedade do porte da nossa, no sentido de garantir

uma base supra-regional, transtemporal e multifuncional”. O que se questiona aqui é tratar da língua como algo imutável, uniforme, desconsiderando as diferentes formas de realização dentro do sistema, ou seja, as diferentes manifestações lingüísticas decorrentes das diferentes classes, das diferentes regiões e vários outros fatores que contribuem para a variação lingüística. Isso significa que não se deve fazer da norma padrão a “única e verdadeira” variante lingüística. De acordo com Bagno,

“É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o melhor ou o pior português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constituem um tesouro precioso de nossa cultura”. (2003, p. 51)

Uma outra autora que discute essa questão é Mattos e Silva, que apresenta aspectos da heterogeneidade dialetal brasileira refletida no processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa.

Para demonstrar esses aspectos, a autora realizou pesquisas para mostrar que a escola já não prepara indivíduos para uma “língua neutra”, isso por que:

“...hoje há um numero significativo de professores que, certamente, não dominam o padrão preconizado pela escola; decorrente dessa realidade lingüístico-social, existem hoje, no interior da escola brasileira, variantes dialetais não só usadas pelos alunos, mas também pelos professores que, em diferentes graus, a depender da sua formação, da sua origem socioeconômica, da sua área regional, dominam o padrão idealizado pela escola e estacionado nas gramáticas pedagógicas.” (Mattos e Silva, p. 53)

Segundo a autora, o padrão idealizado e exigido, se não é uma “violência simbólica” para todos, é violência para a maioria e, no entanto, isso tem persistido ao longo da história. Ela ainda deplora o fato de grande parte das crianças brasileiras, vindas de camadas sócio-econômicas inferiores de nossa sociedade, frustrarem-se na sala de aula porque não dominam “a língua da escola” e, por essa questão, acabarem desistindo.

A autora apresenta uma discussão sobre o que deve predominar no sistema educacional, se é a linguagem culta, falada pela classe socialmente privilegiada e defendida pelos estruturalistas; ou se uma regulamentação lingüística, proporcionando aos falantes de

outros dialetos na mesma língua, o respeito por essa variação no que se refere à prática de ensino, sendo essa corrente defendida pelos sociolinguistas.

Corroborando com a opinião da autora, Castilho (2002) defende que a tarefa da atual geração está em resolver este empecilho da cultura brasileira. Em relação a essa sugestão Mattos e Silva traz em sua obra uma citação daquele em que, em um artigo de 1980, questiona o seguinte:

“ O que é certo em matéria de uso lingüístico? O que é errado? A tarefa desta geração está em resolver esse impasse da cultura nacional, desvendando nossa realidade lingüística e reajustando a norma pedagógica no que for necessário”.
(p. 41)

Na concepção da autora, é nas variações sintáticas, e através dos seus reflexos na escrita, que mais se configura o aspecto da heterogeneidade da língua portuguesa. A autora apresenta a ocorrência de heterogeneidade nos pronomes sujeitos e flexão verbal e, ainda, na concordância entre verbo e sujeito.

Por meio dessas comprovações, a autora conclui que aos professores de português:

“... caberia ter conhecimento da complexidade dessa variação para melhor conduzir o seu ensino no sentido de não assoberbá-lo com as regras de uso dos clíticos, mas encaminhá-lo no sentido das “estratégias de esquiva” em relação ao pronome lexical, marcado como socialmente estigmatizado em estruturas sintáticas simples, as mais transparentes aos interlocutores.” (Mattos e Silva, p. 69)

Ao delinear essas ocorrências sintáticas em variação, além do problema da aplicação dos pronomes relativos; assim como, da perda dos clíticos reflexivos, recíprocos e indeterminados, a autora aponta como se coloca essa questão no processo de ensino da língua portuguesa, que presume na obtenção de estruturas, porém não mais freqüentes nas falas correntes da grande maioria que chega à escola, nem tão pouco, nas falas da maior parte dos professores, hoje imprescindível para atender à pendência escolar. E ao citar Miriam Lemle, a autora confirma que a mesma:

“ . . . não deixa de estar certa quando diz que os professores devem por meio de exercícios, “traduzir” – pode-se generalizar a sua proposta para os outros casos

considerados – as variantes não – padrão mais frequentes para a variante padrão, usual nas falas de indivíduos de alto nível de escolaridade, de camadas socioeconômicas privilegiadas em situações mais formais e, sobretudo, na sua escrita.” (Mattos e Silva, p. 75)

Diante desse fato, a autora relata com base teórica formal em Fernando Tarallo, que essa “língua brasileira” pode já ser outra língua, no sentido de outra gramática, e de que as vozes brasileiras não podem deixar de ser ouvidas. Se o país quer, de fato, uma escola para o povo brasileiro em geral, como diz que quer desde a década de 30. Fica assim evidente que a posição da autora a favor de uma reformulação nas próprias regras ortográficas, a fim de dar vez à grande massa que dela faz uso. Essa posição é ainda reforçada pela própria variação que atualmente vem se evidenciando dentro da referida “linguagem culta”, própria das pessoas de nível cultural elevado.

Capítulo II. Análise do livro didático

A análise que segue tem como finalidade verificar como a escola e o educador trabalham a heterogeneidade lingüística atualmente e, ainda, se o mito que “a norma culta é a única e verdadeira” ainda se faz presente nas escolas. Para conseguir tal intento, buscou-se descrever como a variação lingüística é tratada nos livros didáticos adotados em duas escolas públicas de Pontes e Lacerda no ano de 2008, a saber, “Português e Linguagens”, dos autores Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, que, para facilitar a identificação, será tratado como Livro Ia (sétima série) e livro Ib (oitava série) e “Português: Idéias e Linguagens”, dos autores Dileta Delmanto e Maria da Conceição Castro, que serão identificados como livro IIa (sétima série) e livro IIb (oitava série). Optou-se pela análise do livro didático, uma vez que este costuma direcionar o trabalho do professor, não se exclui, contudo, a possibilidade de o professor adotar outros métodos de ensino e outro material que, porventura, supram a carência que possa haver no livro adotado. Procurou-se, no âmbito deste trabalho, observar apenas o trabalho com a variação lingüística na 7ª e na 8ª série, por serem as últimas séries do ensino Fundamental e, portanto, podem servir de pista sobre o modo como a variação lingüística é vista e tratada na escola.

O Guia do Livro Didático em seus princípios gerais norteia os objetivos centrais do ensino de Língua Portuguesa. Entre os princípios classificatórios está contemplado o trabalho com a variação lingüística e o preconceito lingüístico, bem como o domínio da norma prestigiada pela sociedade:

“O desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades, envolvidas na compreensão da variação lingüística e no convívio com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito valorizar as diferentes possibilidades de expressão lingüística; O domínio das normas urbanas de prestígio, especialmente em sua modalidade escrita monitorada, mas também nas situações orais públicas formais sem que seu uso é socialmente requerido”. (Guia do Livro Didático, p.12)

Segundo os autores do Guia do Livro Didático “... como objeto de ensino, a linguagem oral tem um papel pedagógico: é, ao mesmo tempo, o instrumento de ensino do professor e de aprendizagem do aluno e também apresenta formas públicas (novos gêneros) que o aluno ainda não domina e que deverão ser exploradas” (Guia do Livro Didático, p. 16). Partindo dessa esfera, no que diz o Guia do Livro Didático, o papel do livro didático em relação à variação lingüística seria:

“Favorecer o uso da linguagem oral na interação em sala de aula, como mecanismo de ensino-aprendizagem;
 Propiciar o desenvolvimento, das capacidades envolvidas nos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou pública;
 Valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade, lingüística, introduzindo as normas associadas ao uso público formal da linguagem oral sem, no entanto, menosprezar dialetal e estilística; Explorar as diferenças e semelhanças que se estabelecem entre as diversas formas da linguagem oral e escrita.” (Guia do Livro Didático, p. 16).

É perceptível que as autoridades que analisam os livros didáticos têm a visão de que um dos objetivos deste é trabalhar a variação lingüística e acabar com o preconceito contra as normas menos prestigiadas pela sociedade, por essa razão é uma das balizas da avaliação. Nos livros analisados, não se percebeu um movimento no sentido de conseguir o que é preconizado pelo guia do livro didático, uma vez que a norma-padrão é evidenciada e apresentada como legítima.

Partindo para a análise do livro, as unidades dos livros Ia e Ib estão divididas em tópicos como: estudo do texto, produção de texto, para escrever com expressividade, “A língua em foco”, semântico e discurso, de olho na escrita e divirta-se. Já as unidades do livro IIa e IIb assim se apresentam: primeiras palavras, pensando e criando a Partir dos textos estudo da língua.

O livro I traz, no manual do professor, o seguinte comentário em relação às variações lingüísticas:

“A proposta de ensino de língua desta obra procura alterar o enfoque tradicional dado à gramática, voltado quase exclusivamente à classificação gramatical (morfológica e sintática). Não se trata de eliminar esse tipo de conteúdo, mas de redimensioná-lo e incluir no curso de Português uma série de outras atividades que levam à aquisição de noções da maior importância, tais como enunciado, texto e discurso, intencionalidade lingüística, o papel da situação de produção na construção do sentido dos enunciados, **preconceito lingüístico, variedades lingüísticas**, a semântica, **as variações de registro**. (grifo nosso).” (Manual do professor: a língua em foco, p. 11)

Observando apenas esse trecho, poder-se-ia pensar num trabalho diferenciado e voltado para questões relacionadas ao preconceito. Há um discurso lingüístico subjacente, mas que não se concretiza em atividades proveitosas e que efetivamente discutam a variação.

Outro trecho do manual do professor especificamente no tópico “Semântica e Discurso” traz como objetivo o seguinte:

“O objetivo deste tópico é ampliar ainda mais a abordagem do conteúdo gramatical do capítulo, explorando-o pela perspectiva da semântica ou da análise do discurso. É o momento em que, partindo de situações concretas de comunicação, a atenção do curso se volta para certas questões semânticas ou enunciativas [...], o emprego intencional de uma variedade lingüística não padrão, [...], as formas de tratamento adotadas pelos interlocutores em vista dos papéis sociais que desempenham ou do grau de formalidade na situação, etc. (grifo nosso)” (Manual do professor: semântica e discurso, p.6)

Como se vê, a variedade não padrão é comentada no trecho citado, mas acompanhada da idéia de “uso intencional”, o que sugere que a simples apresentação dessas normas desprestigiadas não garante uma discussão sobre aspectos sociais que levem a escolha de uma norma ou outra. Fica, portanto, a cargo do professor discutir isso, mas dependendo de sua visão de mundo e de língua, pode ocorrer dos exercícios serem usados como forma de legitimação de uma única norma, mesmo porque estes apresentam-se sempre em forma de transposição para a norma padrão.

No tópico Sugestões de Estratégias, no manual do professor, o livro didático traz como sugestão para o docente trabalhar as variações lingüísticas em “A língua em foco” da seguinte maneira:

“ 1. Entrevistas

Escolher um assunto qualquer, diferente do fato lingüístico em foco – para que não haja autocensura por parte do falante – e propor que os alunos entrevistem pessoas de diferentes regiões do país, a fim de verificar certas marcas de variedades lingüísticas regionais: vocabulário e expressões, algumas combinações sintáticas próprias, variações fonéticas, entonação. A entrevista deve ser feita com um gravador à mão e, por isso, um pequeno número de perguntas facilitará as a transcrição das respostas” (Manual do Professor, p. 30)

Apesar de todo um discurso que leva a crer numa posição diferenciada no que tange à variação, ao analisar a obra como um todo, ao longo dos exercícios, não foi encontrada discussão que abordasse, com propriedade, a variação lingüística, como pode ser visto no exercício apresentado a seguir, que aparece no tópico “A língua em foco”, exercício em que se pede apenas a transposição de uma norma a outra, sem discussão dos condicionantes do uso.

“ 8. A situação mostrada na tira é informal e, por isso, as personagens utilizam uma linguagem coloquial. Como ficariam as frases a seguir caso a situação exigisse o emprego da variedade padrão formal?

a) Cê viu o Jason?

b) “Quase chorei quando afogaram ele” (Português linguagens, p. 30).

O exercício seguinte, pertencente também ao tópico “A Língua em foco”, seria um exercício interessante para discutir a variedade padrão existente em Portugal e no Brasil, porém não traz nada que leve o aluno a questionar. Se o professor não abrir uma discussão sobre o assunto, o aluno não perceberá. O exercício é o seguinte:

“1. O cartum integra um livro publicado em Portugal. Observe a fala do menino: - **Está a chover!**(grifo nosso) No balão uma frase apresenta um modo de falar (prosódia) diferente da brasileira:

a) Qual é esta frase?

b) Como nós, brasileiros, a falaríamos? (Português: linguagens, p. 40).

Além da discussão que poderia se fazer entre a variedade padrão existente em Portugal e no Brasil, o exercício abre espaço para discutir a influência da língua de Portugal sobre as variedades brasileiras, mostrando aos alunos que não existe uma língua melhor, mas sim línguas diferentes.

Em um outro tópico da obra, Semântica e discurso, aparece um exercício que enfatiza a norma padrão:

“Na linguagem coloquial, é muito comum a ocorrência de frases assim, em que o verbo **ter** é empregado como impessoal, no lugar do verbo **haver**. Muitos escritores e compositores já incorporam esse tipo de construção em seus textos, embora a variedade padrão recomende que se empregue nesses casos o verbo **haver** como impessoal. Assim, de acordo com a variedade padrão, como ficariam os versos a seguir?

Tem dias que me levanto com um sono!

No supermercado novo tem de tudo um pouco!” (grifo nosso) (Português: linguagens, p. 44)

Este exercício, assim como vários outros encontrados no livro I, mostra que a norma padrão é apresentada aos alunos como autoridade *de per si*, não pelo que ela representa, essa atitude acaba por personificar a gramática como autoridade incontestada. Nesse sentido, entende-se que não é interesse dos autores trabalharem ou mesmo pautar o ensino da língua em uma modalidade que respeite os “conhecimentos prévios dos alunos”, já não existem exercícios que observe na língua outras manifestações linguísticas como formas variadas de se expressar. O tipo de exercício mais encontrado foi de reescrever frases passando-as de uma norma

a outra. Sempre de uma de menor prestígio para a padrão, numa atitude de legitimação de uma norma única, já que sempre é pedido que o aluno passe a frase para a norma-padrão.

Em relação a essa atitude presente nessa coleção, o Guia do Livro Didático também faz uma afirmação sobre:

“Também não é homogênea a abordagem dos conhecimentos lingüísticos. A coleção se ocupa da tradição gramatical, com a prescrição de regras, descrição de categorias, exposição de conceitos, exposição de conceitos, uso abundante da nomenclatura e aplicação da teoria em exercícios” (Guia do Livro Didático, p.147)

No livro Ib da mesma coleção também não foi diferente, é pouco enfatizada a variação lingüística ao longo da obra e os exercícios privilegiam a transposição de uma norma para outra. No manual do professor no que se refere ao tópico Língua em Foco, o objetivo é o mesmo utilizado pela 7ª série (idem p. 17), não diferente também com o tópico Semântica e discurso (idem p. 18). Como também não é diferente em Sugestões e estratégias, propondo o mesmo trabalho de pesquisa “a entrevista”. (idem p. 18 e 19) .

Foram encontrados exercícios que ressaltam mais uma vez a norma padrão:

“Note que, nesse caso, não é adequado, segundo a variedade padrão, empregar a forma “ Vi ela chegar tarde”. Recomenda-se “Vi-a chegar tarde”. Reescreva as orações substantivas reduzidas dos períodos a seguir, adequando-as à variedade padrão da língua”. (Português: linguagens p. 32)

Esse exercício, como os apresentados anteriormente no livro da mesma coleção, não traz nenhuma discussão sobre as duas formas de expressão da mesma idéia, não mostra que a forma “vi-a chegar” é o que Castilho (2002) chama de norma subjetiva, ou seja, o que espera que um falante use, mas que pode não ser efetivamente usada pelos falantes cultos.

Pode - se perceber nos livros Ia e Ib, que é vago aquilo que eles trazem como variante lingüística. Se o professor não souber lidar com esse assunto, os alunos ao longo dos exercícios não perceberão essas diferenças e continuará o mito que a “norma padrão é a única e verdadeira”.

Já na coleção “Português: Idéias e Linguagens”, dos autores Diletos Delmanto e Maria da Conceição Castro. No livro da 7ª e 8ª série não foi encontrado nada a respeito das

diferentes normas lingüísticas. No manual do professor foi encontrado como objetivo geral da obra o seguinte:

“ considera que o aluno traz para a escola a língua que aprendeu no convívio com o grupo social do qual faz parte. Portanto, não se trata de substituir a variedade que domina por outra, mas de aumentar os recursos de que já dispõe para que possa usar adequadamente a maior escala possível de potencialidades de seu idioma. Isso implica a aquisição de novas habilidades de uso da língua, **especificamente o domínio da norma culta e da variante escrita** (grifo nosso).” (Manual do professor, p.4)

Percebe-se então que o foco desta obra é a norma padrão, com ênfase no código escrito, por isso não foi encontrado nos livros das séries selecionadas nenhum exercício que enfoque a variação lingüísticas, percebeu-se também que as formas lingüísticas estudadas não estão de acordo com a realidade do português brasileiro contemporâneo. Apenas no livro da 5ª série aparece o tema variação. Mesmo não sendo o foco deste trabalho, realizou-se uma análise do mesmo com o intuito de mostrar como essa obra trata a questão da variação lingüística.

Foi encontrado o texto “Norma culta e Variedades Não – Padrão”, que discute essa diferença entre ambas, mostrando aos alunos que existe sim um preconceito lingüístico, porém essa discussão está presente em apenas 11 páginas, de um livro que se compõe por exatamente 256 páginas. Devido ao pouco conteúdo trabalhado sobre as variantes lingüísticas, o alunado poderá não conseguir estabelecer uma analogia sobre essa questão, pois o livro continua evidenciando em suas 245 páginas restantes a norma – padrão. Assim como mostra o exercício seguinte:

“ 1. Copie as orações, complementando-as com o onde ou aonde, de acordo com o que recomenda a norma padrão.” (Português: idéias e linguagens, p.228)

Neste exercício fica claro o uso tradicional da gramática, pois vem citando regras e não discutindo e levantando o conhecimento prévio dos alunos em relação ao uso dos pronomes relativos. Em relação á esse método o Guia do Livro Didático diz o seguinte:

“No entanto, há pouca integração entre o trabalho com o texto (em leitura, produção e análise lingüística) e os estudos gramaticais, de abordagem transmissiva, que trazem poucas possibilidades de reflexão e sistematização” (Guia do livro Didático, p.128)

Ainda dialogando com o Guia do Livro Didático, em relação de como é trabalhado a questão das variantes e que de fato predomina nesta coleção o trabalho com a norma-padrão, diz o seguinte:

“Os conhecimentos gramaticais são transmitidos de forma clara e correta, com um tratamento adequado da variação lingüística. No entanto o foco, recai sobre palavras e frases isoladas e há poucas oportunidades para o aluno sistematizar o conhecimento apresentado ou refletir sobre ele”. (Guia do Livro Didático, p.129)

Com essa afirmação, fica claro que os livros didáticos analisados não abrange a questão que o sistema (língua) por ser heterogêneo existe várias normas que são as possibilidades de realização do mesmo. Pois existem normas mais privilegiadas e outras menos privilegiadas pela sociedade. Embora os objetivos mostrados pelos autores fossem essas distinção, em seu corpus, deixou a desejar mantendo a norma-padrão como sendo a maior e mantendo o preconceito lingüístico.

Deve-se avaliar a variação como aspecto essencial no desenvolvimento da capacidade discursiva do aluno e conhecer o caso de que sua fala e escrita são construídas discursivamente por formas lingüísticas. Conforme o indivíduo alcança um grau de escolaridade mais avançado, aumenta seu desenvolvimento lingüístico, fazendo-o escolher por uma ou outra variante a depender da sua necessidade discursiva. É nesse sentido que os livros didáticos devem elaborar seus exercícios para que auxiliem os professores a formarem cidadãos que possam fazer suas próprias escolhas dentro da sociedade que vive.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados, de acordo com o objetivo desta pesquisa que foi verificar se existe preconceito contra as variedades lingüísticas de menor prestígio dentro das escolas, partindo da análise de livros didáticos e de embasamento teórico, somos levados a acreditar que existem diferentes normas, umas mais privilegiadas e outras de menor prestígio. E que essa diferença que às envolve é devido a uma sociedade dominante, que tiveram acesso à educação formal, ou seja, à norma-padrão. E isso acaba gerando, o preconceito lingüístico que é somente um disfarce para um claro preconceito social. E ao observarmos os livros didáticos, por trazerem vários exercícios de transposição, verificamos que a norma-padrão é tratada como autoridade, por ser considerada por essa sociedade como sendo a "única e verdadeira".

Para que esse preconceito social acabe é imprescindível que a sociedade e a escola se conscientizem, pois compete à escola formar cidadãos e a sociedade recebe-los de forma igualitária.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARRUDA, Luciana. Até que ponto existimos a partir do momento em que falamos? Disponível em:

<http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/5021/material/linguagem.pdf>

BAGNO, Marcos – “Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz”- 23. ed. Edições Loyola. SP, 2003.

– “Lingüística da Norma”- 2.ed. Edições Loyola.SP,2004.

BORDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bordieu: Sociologia*. trad.: Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 156-183

CEREJA e MAGALHÃES, Willian Roberto e Thereza Cochar – “Português: Linguagens” – 4 ed. – Editora Saraiva – São Paulo,2007.

DELMANTO,Dileta – “Português: Idéias e Linguagens” – 12.ed.reform – São Paulo:Saraiva,2005

FARACO, Carlos Aberto. Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.) *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-60.

GNERRE, Maurizio- “Linguagem, escrita e poder”- 4. ed. Editora:Martins Fontes, 1998.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

POSSENTI, Sírio – “Porque (não) Ensinar Gramática na Escola” – Campinas,SP: Mercado de Letras,1996.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. A norma do imperativo e o imperativo da norma. Uma reflexão sociolingüística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos. *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 217-51.